

Enquadramento do Plano e Orçamento de 2006

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O novo ciclo iniciado o ano transacto com o IX Governo Regional, confirma um cenário de rigor e estabilidade nas finanças públicas, na senda dos anteriores governos do Partido Socialista, permitindo-nos augurar um futuro de desenvolvimento, de crescimento e de convergência com a economia nacional e europeia.

As contas regionais de 2003 revelaram um aspecto positivo da evolução da economia açoriana, ao confirmar um percurso de convergência nacional. A Região ao subir de 82 para 83 no índice da média nacional do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, ultrapassou a Região Centro, quando em 2002, já havia ultrapassado a Região Norte. Assim, os Açores distanciam-se pela positiva cada vez mais das regiões mais pobres do país.

Embora o PIB per capita tenha subido em termos nominais 1,9%, em termos reais registou um decréscimo de 0,8%, mesmo assim, os Açores foram a quarta melhor Região do país.

No período entre 2000 e 2003, enquanto o país registou um acréscimo de 1,3% no PIB, os Açores subiram mais do dobro, ou seja 3,2%.

Nas contas de 2003 verificou-se uma descida do índice de produtividade em termos nacionais o que poderá ser justificada pelo aumento da população empregada nos Açores, por contrapartida do aumento do desemprego no conjunto nacional.

A generalidade dos indicadores sociais e económicos posteriores apontam para melhores performances da economia açoriana em 2004 e em 2005.

A taxa média da inflação nos Açores mantém-se há alguns meses nos 2,4%.

O desemprego, hoje com 4,2%, representa a taxa mais baixa do país. A nível nacional a taxa é de 7,7%. A população empregada, dos Açores, está estimada, em 105 928 trabalhadores, e a taxa de actividade em 45,7%.

Indicadores do turismo, produção de energia, produção de leite para consumo, venda de automóveis, entre outros, apresentam valores muito positivos nos últimos doze meses.

Os mercados de referência do arquipélago – Portugal continental e a União Europeia continuam a apresentar alguns constrangimentos provocados pelo clima de estagnação.

Os aumentos galopantes do preço do crude, conjugados com outros factores resultantes desta subida, têm influência directa no comportamento da nossa economia.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

É neste contexto e tendo por base o objectivo central do IX Governo Regional de continuar a promover a obtenção de taxas crescentes de cobertura das despesas de funcionamento da administração regional pelas Receitas próprias da Região, como meio mais adequado para potenciar a libertação de recursos financeiros destinados a financiar o plano de investimentos da Região que o Governo Regional dos Açores apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Plano e Orçamento para 2006.

A proposta de Orçamento com um valor de 923,9 milhões de euros, sem contas de ordem, apresenta um acréscimo de 8,4% em relação ao ano de 2005. Se forem adicionadas as contas de ordem, 254,5 euros, o valor global inscrito no orçamento atinge os 1.178.4 milhões de euros.

As principais fontes de financiamento do orçamento regional são as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia. As receitas próprias representam 70,8%, e as transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia representam 26,2% e 3%, respectivamente. Face ao ano anterior, constata-se um incremento do peso relativo das receitas próprias da Região por contrapartida de uma diminuição registada nas transferências do Orçamento de Estado e da U E, reforçando assim a nossa autonomia financeira.

A receita total prevista para 2006, sem contas de ordem, atinge o valor global de 923,9 milhões de euros, mais 8,4% do que o orçamento de 2005.

As receitas próprias estão estimadas em 618,6 milhões de euros, prevendo-se que as receitas fiscais atinjam o valor de 592,6 milhões de euros, tendo assim, um acréscimo de 18,8% relativamente ao valor previsto em 2005.

Para a oposição serão valores irrealistas, sem qualquer histórico. A resposta e a prova de quem fala verdade, são as execuções do terceiro trimestre deste ano, que apresentam já uma execução das receitas fiscais de 72,5%, o que nos levará a uma taxa de execução muito próxima das estimativas para 2005.

As transferências do Orçamento do Estado atingem, em 2006, uma previsão orçamental de 229,1 milhões de euros, valor que representa um ligeiro decréscimo de 2,1, relativamente à estimativa de execução de 2005.

Os montantes das transferências previstos em 2006, nos termos dos artigos 30.º e 31.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, mantém-se nos valores de 2005, tendo sido aplicados os princípios da Lei da Estabilidade Orçamental, à semelhança do que aconteceu às transferências para a Região Autónoma da Madeira e para as Autarquias Locais.

A redução no valor das transferências deve-se também às diminuições previstas para as verbas destinadas ao pagamento das bonificações do crédito à habitação e para as verbas destinadas ao co-financiamento dos custos associados à reconstrução dos prejuízos causados pelo sismo de 1998.

O valor global das transferências a receber no âmbito do PRODESA, em 2006, está estimado em 114,7 milhões de euros, dos quais 26,3 milhões de euros, estão afectos ao financiamento de investimentos directamente executados pelo Governo Regional, e 88,4 milhões de euros, estão consignados a projectos desenvolvidos por outras entidades e, como tal, inscritos em contas de ordem.

O valor global da despesa estimada para o ano de 2006 atinge os 1.178,4 milhões de euros, dos quais, 254,5 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.

As despesas de funcionamento (despesas correntes mais despesas de capital) ascendem a 539,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,6% em relação ao ano de 2005, sendo constituídas na sua quase totalidade pelas despesas correntes (99,6%), representando as despesas de capital apenas 0,4.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O investimento público previsto para próximo o ano ascende a 559,5 milhões de euros, dos quais 325,7 milhões são da responsabilidade directa dos departamentos governamentais, representando um crescimento de 1,8% em relação ao ano transacto.

Com esta previsão coloca-se o investimento directo da Região num patamar acima dos 300 milhões.

Comparando a estrutura das despesas do plano com a do ano anterior verifica-se que há um conjunto de verbas extraordinárias e consignadas a fins específicos que deixam de existir neste orçamento, como as alienações de participações detidas pelo Governo Regional no capital social de empresas do sector público empresarial da Região e outras verbas consignadas levando a concluir que a taxa de crescimento do investimento público para o próximo ano seja de 25,4%.

Este não será o entender da oposição ! Mas foi com este mesmo raciocínio que no ano transacto aquando da discussão do mesmo documento argumentaram que o Plano não seria dos maiores de sempre porque contava com verbas extraordinárias e consignadas.

Cumpre-se, assim, mais uma vez o objectivo de atribuir, ano após ano, meios financeiros adicionais para a promoção do investimento público e privado na Região.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Na dotação financeira para os Grandes Objectivos de Desenvolvimento do Plano de 2006, verifica-se que o aumento da produtividade e a competitividade da economia é o vector com dotação mais significativa, apresentando um peso de 35,2% do plano, seguida do incremento do ordenamento territorial e da eficiência das redes estruturantes, com 29,5%. Em terceiro lugar, aparece o objectivo qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento (19,3%), seguida do reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades (13,7%). Em quinto lugar, surge o afirmar os sistemas autónomo e da gestão pública (2,3%).

Ao enquadrar-se 54% dos recursos financeiros disponíveis aos objectivos aumento da produtividade e da competitividade da economia e na qualificação dos recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento, estamos perante uma aplicação de políticas públicas persistentes e coerentes, que visam eliminar alguns dos principais entraves do desenvolvimento e crescimento da nossa economia.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

As propostas de Plano e Orçamento Regionais para 2006, integram de forma pormenorizada os investimentos a realizar pelo Governo Regional, concretizam os objectivos definidos no Programa do IX Governo Regional e seguem os eixos prioritários definidos no PRODESA.

Com estas propostas o Governo compromete-se a fazer sempre mais e sempre melhor pelos Açores.

Com estas propostas continua-se a consolidar a autonomia financeira da Região e o crescimento do investimento público e privado.

Com estas propostas aposta-se na inovação, no empreendedorismo, na qualificação dos recursos humanos e na coesão social e territorial da Região.

Com estas propostas continuaremos a mudar os Açores para melhor.

Horta, 22 de Novembro de 2005

José do Rego